

NEWSLETTER DIGESTO N.º 14 /2015

Disponibilização: 20 de julho de 2015

Período abrangido: 06 de julho a 17 de julho de 2015



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Índice Temático

1. Administração Pública
2. Administração local
3. Agricultura, Caça e Pescas
4. Ambiente
5. Assembleia da República
6. Comércio
7. Comunicação social
8. Construção Civil e Obras Particulares
9. Cultura
10. Defesa / Forças Armadas
11. Educação
12. Emprego
13. Energia
14. Finanças
 - Banca / Instituições de Crédito / Sociedades Financeiras
 - Contribuições e Impostos
 - Património
 - Valores Mobiliários
15. Habitação
16. Jogos de Fortuna e Azar e Outros
17. Justiça
18. Portugal 2020
19. Regiões Autónomas
 - Açores
 - Madeira
20. Segurança Social
21. Transportes e Comunicações

1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[Portaria n.º 198/2015, de 06 de julho](#)
(Ministério das Finanças)

Fixa o número máximo de estagiários a selecionar anualmente e estabelece os prazos das candidaturas e a data de início dos estágios no âmbito do Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Central.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2015, de 17 de julho](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova um regime excecional de dispensa de serviço público dos trabalhadores da Administração Pública que cumulativamente detenham a qualidade de bombeiro voluntário, quando sejam chamados pelo respetivo corpo de bombeiros para combater um incêndio florestal.

2. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

[Lei n.º 69/2015 de 16 de julho](#)
(Assembleia da República)

Altera a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais), a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais), a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico), a Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto (que aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal regulamentando o Fundo de Apoio Municipal) e o Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20 de junho (que estabelece o regime jurídico das escolas profissionais privadas e públicas, no âmbito do ensino não superior, regulando a sua criação, organização e funcionamento, bem como a tutela e fiscalização do Estado sobre as mesmas).

3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

[Portaria n.º 199/2015, de 06 de julho](#)

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Estabelece o regime de aplicação do apoio 6.2.2, «Restabelecimento do potencial produtivo», inserido na ação n.º 6.2, «Prevenção e restabelecimento do potencial produtivo», da medida n.º 6, «Gestão do risco e restabelecimento do potencial produtivo», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente.

[Decreto-Lei n.º 126/2015, de 07 de julho](#)

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Transpõe a Diretiva n.º 2014/63/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, que altera a Diretiva n.º 2001/110/CE, de 20 de dezembro, relativa ao mel, e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 214/2003, de 18 de setembro.

[Portaria n.º 201/2015, de 10 de julho](#)

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Estabelece o regime de aplicação da operação n.º 3.4.2, «Melhoria da eficiência dos regadios existentes», inserido na ação n.º 3.4, «Infraestruturas coletivas», da medida n.º 3, «Valorização da produção agrícola», integrada na área n.º 2, «Competitividade e organização da produção», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente.

[Portaria n.º 212/2015, de 17 de julho](#)

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Define a estrutura orgânica da Rede Rural Nacional (RRN), criada pela alínea h) do n.º 2 do artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, para o período de 2014-2020, no âmbito do desenvolvimento rural, bem como a composição e competência dos seus órgãos.

4. AMBIENTE

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015, de 07 de julho](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova a Política Nacional de Arquitetura e Paisagem.

[Decreto-Lei n.º 132/2015, de 09 de julho](#)
(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 159/2012, de 24 de julho, que regula a elaboração e a implementação dos planos de ordenamento da orla costeira e estabelece o regime sancionatório aplicável às infrações praticadas na orla costeira, no que respeita ao acesso, circulação e permanência indevidos em zonas interditas e respetiva sinalização.

[Decreto-Lei n.º 133/2015 - Diário da República n.º 134/2015, de 13 de julho](#)
(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Altera o Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, que transpõe a Diretiva n.º 91/271/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativamente ao tratamento de águas residuais urbanas.

5. ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

[Resolução da Assembleia da República n.º 91/2015, de 14 de julho](#)
(Assembleia da República)

Torna público a expressão de um juízo favorável sobre apreciação do Relatório sobre Portugal na União Europeia 2014.

6. COMÉRCIO

[Portaria n.º 206-B/2015, de 14 de julho](#)

(Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Economia e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Identifica os dados e os elementos instrutórios a constar nas meras comunicações prévias previstas no Regime Jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração.

[Portaria n.º 206-C/2015, de 14 de julho](#)

(Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Economia, do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Agricultura e do Mar)

Identifica os dados e os elementos instrutórios dos pedidos de autorização previstos no Regime Jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração.

7. COMUNICAÇÃO SOCIAL

[Portaria n.º 206-A/2015 - Diário da República n.º 135/2015, de 14 de julho](#)

(Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças)

Prorroga o prazo para apresentação das candidaturas previstas no regime de incentivos do Estado à comunicação social de âmbito regional e local.

8. CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PARTICULARES

[Lei n.º 70/2015 - Diário da República n.º 137/2015, de 16 de julho](#)

(Assembleia da República)

Altera (quinta alteração) a Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, sobre o processo de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal, definindo os termos aplicáveis à regularização dessas áreas durante o período temporal nela estabelecido.

9. CULTURA

[Resolução da Assembleia da República n.º 81/2015, de 08 de julho](#)
(Assembleia da República)

Procede à recuperação urgente da Mata Nacional do Buçaco e sua valorização para o reconhecimento enquanto Património Mundial da Humanidade.

[Resolução da Assembleia da República n.º 83/2015, de 09 de julho](#)
(Assembleia da República)

Institui o Dia Nacional da Gastronomia Portuguesa.

[Despacho n.º 7863/2015, de 16 de julho](#)
(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de Estado da Cultura)

Revoga o despacho de 16 de setembro de 2013, do Secretário de Estado da Cultura, através do qual determinou a afetação da Coleção SEC à Direção-Geral do Património Cultural, com incorporação das obras no Museu do Chiado/Museu Nacional de Arte Contemporânea/Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, a que se refere o Despacho n.º 1849-A/2014, de 05 de fevereiro.

10. DEFESA / FORÇAS ARMADAS

[Decreto-Lei n.º 125/2015, de 07 de julho](#)
(Ministério da Defesa Nacional)

Procede à configuração do sistema de ensino não superior de matriz militar, à definição das atribuições, das competências e da estrutura orgânica da Direção de Educação do Exército e à aprovação do Estatuto dos Estabelecimentos Militares de Ensino não Superior do Exército.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2015, de 17 de julho](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Determina a dissolução e estabelece o processo de liquidação da EMPORDEF - Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A., tendo em vista a respetiva extinção.

11. EDUCAÇÃO

[Decreto-Lei n.º 127/2015, de 07 de julho](#)
(Ministério da Educação e Ciência)

Aprova as regras a que obedece a constituição e o funcionamento dos Centros de Formação de Associação de Escolas.

[Declaração de Retificação n.º 32/2015, de 10 de julho](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Retifica a Portaria n.º 172-A/2015, de 05 de junho, dos Ministérios das Finanças e da Educação e Ciência, que fixa as regras e procedimentos aplicáveis à atribuição de apoio financeiro pelo Estado a estabelecimentos de ensino particular e cooperativo de nível não superior.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2015, de 14 de julho](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Determina a elaboração do Plano de Ação Bial para a Internacionalização do Ensino Superior Português.

12. EMPREGO

[Declaração de Retificação n.º 33/2015, de 13 de julho](#)

(Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral)

Retifica a Portaria n.º 183/2015, de 22 de junho, dos Ministérios da Economia e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social que estabelece o enquadramento aplicável à medida INOV Contacto - Estágios Internacionais de Jovens Quadros.

[Portaria n.º 213/2015, de 17 de julho](#)

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Fixa as taxas pela emissão da autorização para o exercício da atividade de ama e aprova os modelos de formulários relativos ao requerimento e autorização para o exercício da atividade.

13. ENERGIA

[Portaria n.º 202/2015 - Diário da República n.º 134/2015, de 13 de julho](#)

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Estabelece o regime remuneratório aplicável à produção de energia renovável de fonte ou localização oceânica por centros electroprodutores com recurso a tecnologias em fase de experimentação ou pré-comercial.

14. FINANÇAS

- **BANCA / INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO / SOCIEDADES FINANCEIRAS**

[Lei n.º 66/2015, de 06 de julho](#)

(Assembleia da República)

Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de março, trigésima sexta alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de dezembro, simplificando e padronizando o comissionamento de contas de depósito à ordem, e primeira alteração à Lei n.º 23-A/2015, de 26 de março.

- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**

[Lei n.º 67/2015, de 06 de julho](#)

(Assembleia da República)

Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, alargando o âmbito da dedução das despesas de saúde e clarificando as relativas a despesas com creches.

[Lei n.º 68/2015, de 08 de julho](#)

(Assembleia da República)

Altera o Código do Imposto sobre Veículos, aprovado pela Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho, introduzindo uma isenção de 50 % em sede de imposto sobre veículos para as famílias numerosas.

Decreto-Lei n.º 130/2015, de 09 de julho
(Ministério das Finanças)

No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, adota as medidas necessárias à aplicação do Regulamento (CE) n.º 428/2009, do Conselho, de 5 de maio, e da Ação Comum n.º 2000/401/PESC, do Conselho, de 22 de junho, relativos ao regime de controlo das exportações, transferências, corretagem, trânsito e assistência técnica de produtos de dupla utilização.

- **PATRIMÓNIO**

Despacho n.º 7742-A/2015, de 13 de julho

(Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional - Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Defesa Nacional)

Determina a alienação, por ajuste direto, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa do imóvel designado por “PM 71/Lisboa - Convento do Colezinho”, sito na Rua Marquês de Ponte de Lima, n.º 13, freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Lisboa.

- **VALORES MOBILIÁRIOS**

Decreto-Lei n.º 124/2015, de 07 de julho
(Ministério das Finanças)

Consagra medidas nacionais para a transposição da Diretiva n.º 2011/61/UE, de 8 de junho, da Diretiva n.º 2013/14/UE, de 21 de maio, da Diretiva n.º 2014/51/UE, de 16 de abril, e da Diretiva n.º 2003/71/CE, de 4 de novembro, todas do Parlamento Europeu e do Conselho, alterando-se respetivamente o regime jurídico dos fundos de pensões, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro, o Código dos Valores Mobiliários, em matéria de prospeção a publicar em caso de oferta pública de valores mobiliários ou da sua admissão à negociação, e o Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo no âmbito da prestação das atividades transfronteiriças dos gestores de organismo de investimento alternativos.

[Regulamento da CMVM n.º 2/2015, de 17 de julho](#)
(Comissão do Mercado de Valores Mobiliários)

O presente regulamento desenvolve o regime previsto no Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro, referente a determinadas matérias relativas aos organismos de investimento coletivo, bem como estabelece ainda normas relativas à comercialização e à informação que deve ser prestada relativamente a contratos de adesão individual a fundos de pensões abertos.

15. HABITAÇÃO

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2015, de 15 de julho](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova a Estratégia Nacional para a Habitação para o período de 2015-2031.

16. JOGOS DE FORTUNA E AZAR E OUTROS

[Portaria n.º 211/2015, de 16 de julho](#)
(Ministérios das Finanças e da Economia)

Fixa os montantes das taxas no âmbito do Regime Jurídico dos Jogos e Apostas Online.

17. JUSTIÇA

[Acórdão n.º 331/2015, de 16 de julho](#)
(Tribunal Constitucional)

Defere o pedido de inscrição do partido político com a denominação «Nós, Cidadãos!», a sigla «NC» e o símbolo que consta do processo e publica em anexo.

18. PORTUGAL 2020

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2015, de 09 de julho](#) (Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o sistema de gestão e controlo dos fundos europeus do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 no domínio dos assuntos internos.

19. REGIÕES AUTÓNOMAS

- AÇORES

[Portaria n.º 210/2015, de 16 julho](#) (Ministérios das Finanças e da Economia)

Fixa o modo de atribuição da receita proveniente do imposto especial de jogo online de acordo com o regime de capitação, às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

- MADEIRA

[Decreto Legislativo Regional n.º 5/2015/M, de 10 de julho](#) (Região Autónoma da Madeira)

Procede à segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional da Madeira n.º 25/2013/M, de 17 de julho, que regula os concursos para seleção e recrutamento do pessoal docente da educação, dos ensinos básico e secundário e do pessoal docente especializado em educação e ensino especial na Região Autónoma da Madeira.

[Portaria n.º 210/2015, de 16 julho](#)
(Ministérios das Finanças e da Economia)

Fixa o modo de atribuição da receita proveniente do imposto especial de jogo online de acordo com o regime de capitação, às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 4/2015/M, de 16 de julho](#)
Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Aprova a Conta da Região Autónoma da Madeira referente ao ano de 2013.

20. SEGURANÇA SOCIAL

[Decreto-Lei n.º 128/2015, de 07 de julho](#)
(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Procede à oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 42/2001, de 9 de fevereiro, que cria as secções de processo executivo do sistema de solidariedade e segurança social, define as regras especiais daquele processo e adequa a organização e a competência dos tribunais administrativos e tributários.

21. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

[Portaria n.º 209/2015, de 16 de julho](#)
(Ministérios das Finanças e da Economia)

Aprova os Estatutos do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.

CONHEÇA O DIGESTO E AS SUAS FUNCIONALIDADES

❖ Apresentação quinzenal de um diploma tratado pelo DIGESTO

Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro

Dados Gerais:

PÁGINA DE ENTRADA ★ PESQUISA NOTAS PESSOAIS DIPLOMA	DECRETO-LEI N.º 400/82 Diário da República n.º 221/1982, 1º Suplemento, Série I de 1982-09-23
DIGESTO - ANÁLISE JURÍDICA DIPLOMA ÚLTIMA PESQUISA ★ DADOS GERAIS INFORMAÇÃO DETALHADA NEWSLETTERS DIGESTO	Tipo Diploma: Decreto-Lei Número: 400/82 Data Assinatura: 1982-09-23 Entidade(s) Emitente(s): Ministério da Justiça Fonte: DIARIO DA REPUBLICA - 1.ª SERIE, Nº 221-Supl, de 1982-09-23, Pág. 3006-(2) - 3006-(64) Entrada em Vigor: O Código Penal e os arts. 3º e seguintes do presente Decreto-Lei entram em vigor em 01.01.1983.
	Notas aos Dados Gerais 1 - Consideram-se efectuadas para as correspondentes disposições do Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março, as remissões feitas para normas do Código Penal, aprovado pelo presente diploma; 2- Nos termos do artigo 10º da Lei n.º 20/2008, de 21 de Abril, o comportamento descrito no artigo 7.º do mesmo diploma, é considerado crime de corrupção para efeitos do disposto no artigo 368.º-A do Código Penal e na alínea a) do n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 36/94, de 29 de Setembro (medidas de combate à corrupção e criminalidade económica e financeira); 3 - O Decreto-Lei n.º 371/83, de 6 de Outubro, estabelece disposições penais relativas à punição de actos de corrupção.
	Resumo Aprova o Código Penal.

Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro

Aplica/Regulamenta:

Aplica/Regulamenta

Foram encontradas 2 associações.

Data	Texto
	N.º 2 do art. 168.º e al. b) do n.º 1 do art. 201.º da CRP.
1982-08-23	Lei 24/82, de 23-Ago, DR.IS [194]

Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro

Aplicado por/Regulamentado por:

Aplicado Por/Regulamentado Por

Foram encontradas 2 associações.

Data	Texto	Diploma
2009-09-16	LEI.112/2009.16.09.2009.AR, DR.IS [180] de 16.09.2009	Lei n.º 112/2009 - Diário da República n.º 180/2009, Série I de 2009-09-16
2006-07-26	LEI.32/2006.26.07.2006.AR, DR.IS [143] de 26.07.2006 (Código)	Lei n.º 32/2006 - Diário da República n.º 143/2006, Série I de 2006-07-26

Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro

Modificações sofridas:

Modificações Sofridas

Foram encontradas 40 associações.

Pág. 1 de 4


1 2 3 4 > »

Data	Texto	Diploma
2015-04-22	Alterados os arts. 11.º (na redação dada pela Lei 59/2007 de 04-set e pela Lei 60/2013 de 23-ago), 118.º (na redação dada pela Lei 59/2007 de 04-set e pela Lei 32/2010 de 02-set), 335.º, 374.º, 374.º-B (os últimos dois, respetivamente, alterado e aditado pela Lei 32/2010 de 02-set), 375.º, 376.º e 3 ...	Lei n.º 30/2015 - Diário da República n.º 78/2015, Série I de 2015-04-22
2015-01-08	Alterado, na redação da Lei Org 2/2014, de 06-ago, o art. 316.º do Código pelo(a) Lei Orgânica n.º 1/2015 - Diário da República n.º 5/2015, Série I de 2015-01-08	Lei Orgânica n.º 1/2015 - Diário da República n.º 5/2015, Série I de 2015-01-08
2014-12-30	Aditado o art. 69.º-A ao Código Penal pelo(a) Lei n.º 82/2014 - Diário da República n.º 251/2014, Série I de 2014-12-30	Lei n.º 82/2014 - Diário da República n.º 251/2014, Série I de 2014-12-30

Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro

Modificações produzidas:

Modificações Produzidas

 Notas:

- 1 - Revoga, com excepção das normas relativas a contravenções, todas as disposições legais que prevêm e punem factos incriminados pelo novo Código Penal;
- 2 - Ficam alterados para os limites mínimo e máximo fixados no art. 40.º, n.º 1.º, do Código Penal todas as penas de prisão que tenham duração inferior ou superior aos limites aí estabelecidos;
- 3 - Ficam alterados para os limites mínimos e máximos resultantes do art. 46.º do Código Penal todas as penas de multa cominadas em leis penais, de duração ou quantitativo inferiores ou superiores aos limites aí fixados;
- 4 - Consideram-se feitas para as correspondentes disposições do Código Penal todas as remissões para normas do Código anterior contidas em leis penais avulsas;
- 5 - Revoga o art. 95.º da Lei de 21 de Maio de 1896 (Sem ligação jurídica devido a dificuldade de identificação do diploma);
- 6 - Revoga o art. 4.º do Dec de 15-Fev 1911(Sem ligação jurídica devido a dificuldade de identificação do diploma).

Foram encontradas 41 associações.

Pág. 1 de 5

1 2 3 4 5 > »

Data	Texto
1981-08-20	Revoga os artigos 3.º a 6.º da Lei n.º 24/81, de 20 de Agosto, DR.IS [190]

Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro

Retificações:

Rectificado por


Foram encontradas 4 associações.

Data	Texto	Diploma
2007-10-31	Rectificado o n.º 2 do art. 152.º-A (no texto de alteração e na republicação do Código Penal) e o n.º 1 do art. 262.º e o n.º 3 do art. 373.º (ambos na republicação do Código Penal, constante da Lei 59/2007, de 04-Set ,que altera e republica o Código Penal, aprovado pelo presente diploma, pela DECL- ...	Declaração de Rectificação n.º 102/2007 - Diário da República n.º 210/2007, Série I de 2007-10-31
2004-06-05	Rectificado o art. 53.º da Lei 11/2004, de 27-Mar [na parte em que adita o n.º 2 do art. 368.º-A ao Código Penal, aprovado pelo presente diploma, revisto e republicado pelo Dec Lei 48/95, de 15-Mar] pela DECL- RECT.45/2004.05.06.2004.AR, DR.IS-A [132] de 05.06.2004	Declaração de Rectificação n.º 45/2004 - Diário da República n.º 132/2004, Série I-A de 2004-06-05

Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro

Jurisprudência Associada:

Jurisprudência Associada

 Notas:

AC 712/2014, de 18 de dezembro do TCS (Proc. n.º 534/14; n.º 1 do artigo 3.º);

Foram encontradas 68 associações.

Pág. 1 de 7

1 2 3 4 5 6 ... > »

Data	Texto
	AC. 2/2012, de 12-abr, do STJ, DR IS [73] (Processo n.º 204/05.0GBFND.C1-A.S1 / Al. a) do nº 1 do art. 126º do Código)
	AC 8/2013, de 19-abr, do STJ (Proc. n.º 75/05.6TACPV-A.S1)
	AC 8/2013, de 19-abr, do STJ (Proc. n.º 75/05.6TACPV-A.S1)
	AC 9/2013, de 14-mar, do STJ (Pº 691/07.1 TAOAZ.P1-A.S1 * ; Al. d) do nº 1 do art. 256º)
	AC 129/2013, de 27-fev do TCS, DR IIS [80], de 24/04/2013 (Processo n.º 26/11; nº 5 do art. 8º e nº 5 do art. 11º)
	AC. 10/2013, de 10-jul, do STJ (Processo 29/04.0jdlb-Q.S1 ; Nº 1 do art. 217º e al. a) do nº 1 do art. 256º)

Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro

Acesso à Jurisprudência emanada dos Tribunais:

DIGESTO - ANÁLISE JURÍDICA

- DIPLOMA
- ÚLTIMA PESQUISA
- DADOS GERAIS
- INFORMAÇÃO DETALHADA
- NEWSLETTERS
- DIGESTO

Direito Comunitário Modificações Retificações Outras Bases de Dados

Campos de Pesquisa

Base de dados:

Palavra Chave:

Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

250 resultado(s) encontrados para a sua pesquisa

	Sessão	Processo	Relator	Descritor
<input type="checkbox"/>	04/09/2015	189/13.9glnh.l1.s1	MAIA Costa	Acórdão da Relação Matéria de Facto Admissibilidade do Recurso Vícios do ARTº 410.º do Código de Processo Penal Conhecimento Oficioso
<input type="checkbox"/>	05/22/2013	116/07.2pgalm-a.s1	RAUL Borges	Correcção da Decisão ERRO Identidade do Arguido

Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro

Acesso à Jurisprudência emanada dos Tribunais:

DIGESTO - ANÁLISE JURÍDICA

- DIPLOMA
- ÚLTIMA PESQUISA
- DADOS GERAIS
- INFORMAÇÃO DETALHADA
- NEWSLETTERS
- DIGESTO

Direito Comunitário Modificações Retificações Outras Bases de Dados

Campos de Pesquisa

Base de dados:

Palavra Chave:

Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

250 resultado(s) encontrados para a sua pesquisa

<input type="checkbox"/>	11/04/1987	2KB	Direitos Liberdades e Garantias Pessoais
<input type="checkbox"/>	06/04/1986	3KB	Processo Criminal
<input type="checkbox"/>	11/29/1995	3KB	Processo Constitucional
<input type="checkbox"/>	07/15/1993	2KB	Arguido
<input type="checkbox"/>	07/06/1995	2KB	Processo Criminal
<input type="checkbox"/>	07/01/1992	3KB	Aplicação da Lei Criminal

Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro

Acesso à Jurisprudência emanada dos Tribunais:

DIGESTO - ANÁLISE JURÍDICA

- DIPLOMA
- ÚLTIMA PESQUISA
- DADOS GERAIS
- INFORMAÇÃO DETALHADA
- NEWSLETTERS
- DIGESTO

Direito Comunitário Modificações Retificações Outras Bases de Dados

Campos de Pesquisa

Base de dados:

Palavra Chave:

Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

250 resultado(s) encontrados para a sua pesquisa

	Sessão	Processo	Relator	Descritor
<input type="checkbox"/>	06/25/2015	0464/15	Francisco Rothes	Oposição à Execução Fiscal Ilegalidade Abstracta
<input type="checkbox"/>	06/17/2015	0369/15	Casimiro Gonçalves	Contra-ordenação Fiscal Recurso

Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro

Acesso à Jurisprudência emanada dos Tribunais:

DIGESTO - ANÁLISE JURÍDICA

- DIPLOMA
- ÚLTIMA PESQUISA
- DADOS GERAIS
- INFORMAÇÃO DETALHADA
- NEWSLETTERS
- DIGESTO

Direito Comunitário Modificações Retificações Outras Bases de Dados

Campos de Pesquisa

Base de dados: Tribunal da Relação de Lisboa

Palavra Chave: Código Penal

Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

Pesquisar

250 resultado(s) encontrados para a sua pesquisa

	Sessão	Processo	Relator	Descritor
<input type="checkbox"/>	06/17/2015	48/13.5pfpdl.l1-3	Graça Santos Silva	Violência Doméstica Legitimidade do Ministério Público Acusação Particular
<input type="checkbox"/>	06/30/2015	150/13.3 T3mfr.l1 -5	Agostinho Torres	Abuso de Confiança Agravado
<input type="checkbox"/>	06/23/2015	508/14.0 Pasnt.l1-5	Vieira Lamim	Prova por Reconhecimento
<input type="checkbox"/>	07/09/2015	128/05.0svlsb.l1-9	JOÃO Abrunhosa	Presença do Arguido Representação Notificação do Arguido

Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro

Pareceres da Procuradoria-Geral da República:

DIGESTO - ANÁLISE JURÍDICA

- DIPLOMA
- ÚLTIMA PESQUISA
- DADOS GERAIS
- INFORMAÇÃO DETALHADA
- NEWSLETTERS
- DIGESTO

Direito Comunitário Modificações Retificações Outras Bases de Dados

Campos de Pesquisa

Base de dados:

Palavra Chave:

Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

250 resultado(s) encontrados para a sua pesquisa

	Data Votação	Parecer	KB	1º Descritor	Relator
<input type="checkbox"/>	12/20/1989	P000951989	7KB	Abuso de Liberdade de Imprensa	Lucas Coelho
<input type="checkbox"/>	07/13/1978	P000981978	3KB	Desobediencia	Ferreira Ramos
<input type="checkbox"/>	06/30/1977	P001291977	3KB	Código de Processo Penal	Tavares da Costa
<input type="checkbox"/>	06/24/1981	P000561981	7KB	Competencia Territorial Penal	Miller Simões

Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail*

digesto@pcm.gov.pt

Muito obrigada/o pela sua sugestão